

# A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa

*José Carlos Marques<sup>1</sup>*  
*Pedro Góis<sup>2</sup>*

## Resumo

Ao conceber as migrações como parte do sistema global de interações internacionais, a teoria dos sistemas migratórios oferece uma abordagem mais alargada dos movimentos populacionais, possibilitando a integração das contribuições oferecidas isoladamente por outras perspetivas teóricas. Neste artigo os autores exploram esta possibilidade descrevendo o funcionamento do sistema migratório lusófono a partir das migrações de (e para) Portugal. Mostram que emigração e imigração são mais bem compreendidas de forma integrada, demonstram que a imbricação de diferentes sistemas migratórios e a inserção de países como Portugal, Brasil e Angola na interseção de vários sistemas lhes confere um potencial de se moldarem facilmente às conjunturas socioeconómica e políticas do seu meio ambiente. Os autores defendem que o nóculo europeu do sistema migratório lusófono está atualmente numa fase de retração, por oposição a uma expansão do nóculo africano e por uma relativa estabilização do nóculo sul-americano. A análise a partir de fluxos migratórios distintos: emigração e imigração portuguesa, permite enunciar a existência de um sistema migratório sólido e estruturado com três pólos: Angola, Brasil e Portugal.

**Palavras-chave:** Sistema migratório, emigração, imigração, Portugal, sistema migratório lusófono

## Introdução

Nas últimas três décadas, a realidade migratória portuguesa apresenta uma dinâmica assinalável que a torna um interessante laboratório de análise social. Esta realidade tem vindo a ser marcada por profundas e contínuas alterações que têm conduzido à

<sup>1</sup> Instituto Politécnico de Leiria (ESECS, CIID-IPL) e Centro de Estudos Sociais, Coimbra. Contacto: CES, Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. Email: jose.marques@ipleiria.pt.

<sup>2</sup> Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e Centro de Estudos Sociais, Coimbra. Contacto: CES, Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. Email: pedrogois@ces.uc.pt.

complexificação e pluralização dos movimentos migratórios nos quais o país se encontra envolvido. De histórico e estrutural país de emigração, Portugal passou, durante a década de 90, a ser reconhecido e proclamado (científica e, sobretudo, politicamente) como país de imigração, para, recentemente, se redescobrir novamente como país de emigração, ou como país em que a emigração é, se não uma “constante estrutural” (Godinho, 1978: 23), pelo menos uma “válvula estrutural”. De país de acolhimento para imigrantes originários de países com os quais partilha uma língua e um passado colonial, passou a acolher, também, imigrantes vindos de países com os quais os laços históricos, culturais, políticos e económicos eram fracos ou inexistentes. De país soberano na definição da sua política imigratória, passou a ator subsidiário na determinação da entrada, permanência e afastamento de estrangeiros. Em suma, de uma realidade marcada pela unidimensionalidade (quer do tipo de fluxo migratório, quer das características dos migrantes, quer, ainda, dos atores envolvidos na definição da política imigratória), passou para uma realidade em que a multidimensionalidade dos fluxos e das características dos atores envolvidos constitui uma marca determinante.

A análise das migrações portuguesas de uma forma integrada, captando, assim, os fluxos de saída e os fluxos de entrada, permite evidenciar as dinâmicas migratórias que tornam o caso português particularmente interessante e que sustentam a afirmação da existência de um sistema migratório lusófono que interage a diferentes níveis e em diferentes momentos com outros sistemas migratórios de escalas distintas (Baganha, 2009, Góis e Marques, 2009, Peixoto, 2004). O sistema migratório lusófono, como reconhece Maria Baganha, constitui um sistema “bem estruturado, estável e consistente (...), que é mantido através de múltiplas trocas de fluxos de pessoas, bens, serviços, remessas, etc. e que é sustentado por redes densas informais e formais de contactos, relações e acordos” (2009: 10). Esta estabilidade é estrutural mas tal não significa, como afirma a mesma autora, que o sistema seja rígido e inflexível. Por exemplo, durante a década de 80 e os primeiros anos do séc. XXI, os fluxos migratórios foram mais intensos com outros sistemas migratórios aos quais Portugal também pertence (sobretudo, com o sistema migratório intraeuropeu) do que no interior do sistema migratório lusófono (Baganha, 2009: 12). Os autores do presente texto assinalaram uma igualmente pouco reconhecida, mas estrutural, bidireccionalidade dos fluxos migratórios no seio do sistema migratório lusófono (Góis e Marques, 2009), que surge com diferentes ritmos e vagas desde há mais de um século. Esta bidireccionalidade dos fluxos migratórios no seio do sistema migratório lusófono torna-se evidente na presença de comunidades dos diferentes países lusófonos (de dimensão variável) nos distintos países que fazem parte do sistema migratório. Não há, no entanto, um equilíbrio ou uma constante no posicionamento dos diferentes países (ou territórios de acolhimento) no seio do sistema migratório lusófono. Diferentes países assumem distintas posições ao longo do tempo numa assinalável dinâmica de rotação do seu papel de núcleo ou de periferia (ou de país de origem e/ou país de destino). Por outro lado, há países ou territórios que são indubitável e estruturalmente periferias consolidadas funcionando como territórios de origem de migrantes em larga escala e apenas subsidiariamente como territórios de

acolhimento de migrantes em micro escala (e.g. em resultado de movimentos de contracorrente migratória).

Portugal tem participado de forma estrutural e ao longo de mais um século em diferentes sistemas migratórios (europeu, africano, sul e norte-americano), sendo, por isso, relevante contextualizar o lugar que o país ocupa nesses sistemas migratórios em diferentes momentos e procurar analisar a relevância deste posicionamento para uma compreensão das dinâmicas migratórias da contemporaneidade. No que se refere ao sistema migratório lusófono, a avaliação do posicionamento de Portugal revela-se de importância crucial como ilustração deste potencial de transmutação rápida de país central (recetor) para país periférico (emissor). A possibilidade de haver uma alteração na posição central que Portugal vinha ocupando nas últimas décadas (devido, por exemplo, ao crescimento do fluxo migratório português para o Brasil ou para Angola e ao menor número de emigrantes destes países que se dirigem para Portugal) constitui um indicador algo inusitado que os países não se tornam centro, mas que os países podem ser, por vezes, centro para logo em seguida deixarem de o ser. A centralidade num sistema migratório aparenta ser uma variável dependente de outras variáveis mais estruturais, como a variável económica ou política, e ser ou não ser o centro não é um acontecimento mas um processo não linear e multifatorial.

Podem conceber-se os fluxos de entrada e de saída de migrantes nos países pertencentes a estes sistemas como respondendo a distintas oportunidades percebidas pelos migrantes em diferentes sistemas (neste caso o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono), produzindo, assim, um 'movimento estrutural' entre os sistemas (isto é, um codesenvolvimento de dois fluxos migratórios que parece ser o resultado de uma interação simultânea entre eles).

Como se procurará demonstrar ao longo do presente texto, as migrações portuguesas são uma realidade complexa cuja apreensão adequada necessita de tomar em consideração fatores de nível estrutural, meso e individual. No que concerne à direcionalidade dos fluxos migratórios, os principais fatores estruturais que influenciam a emigração de portugueses para os países europeus e lusófonos e de imigrantes lusófonos para Portugal decorrem do facto destes fluxos migratórios ocorrerem na interseção de sistemas migratórios independentes mas estruturalmente relacionados (e.g. o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono), em que Portugal desempenha, muitas vezes, um papel de plataforma giratória, de semiperiferia ou de cruzamento entre sistemas migratórios regionais diferenciados e, por vezes, todos estes papéis a um tempo.

Quando um país é, simultaneamente, um país emissor e recetor, torna-se particularmente difícil identificar e descrever o sistema migratório, dado que a perspetiva desse país também inclui outros sistemas migratórios em que participam países de origem e de destino. Isto é particularmente verdadeiro para o sistema migratório lusófono, que

não pode ser analisado somente a partir da perspectiva do país de origem ou destino, porque aqueles que são os nódulos centrais no sistema enviam e recebem migrantes, embora em graus variados (veja-se, neste caso, a evolução dos fluxos migratórios de Angola, Brasil e Portugal ao longo do último século). Estes fluxos migratórios são, ao mesmo tempo, causa e consequência de políticas migratórias e até causa e consequência de políticas mais vastas, como políticas económicas ou de cooperação entre os Estados.

Adotando a perspectiva de um dos nódulos centrais dos sistema (Portugal), o presente artigo começa por, através da análise da evolução da imigração em Portugal, mostrar a inserção do país em diferentes sistemas migratórios. De seguida, o foco de análise dirige-se para a emigração portuguesa nas últimas duas décadas, mostrando como a inserção em diferentes sistemas migratórios foi sendo potenciada pela ação das redes migratórias. O artigo conclui defendendo a relevância de analisar as dinâmicas migratórias portuguesas na atualidade através da conceptualização de um sistema migratório lusófono, que permite tomar em consideração quer a posição estrutural dos países no sistema-mundo, quer o funcionamento das redes migratórias, que constituem uma das componentes dos sistemas migratórios.

### **Evolução da imigração em Portugal**

A população estrangeira a residir em Portugal manteve-se até meados da década de 70 em níveis numéricos pouco relevantes. Em 1950 residiam, segundo o IX Recenseamento Geral da População, 21.186 estrangeiros em Portugal<sup>3</sup>, 72% dos quais originários de um país Europeu e 18% do Brasil. Os dados do X Recenseamento Geral da População indicam que até 1960 a situação pouco se alterou. Segundo esse Recenseamento, residiam no país 29.579 cidadãos de nacionalidade estrangeira, sendo a maioria destes de origem Europeia (67%). Dos restantes estrangeiros, 22% eram de nacionalidade Brasileira e, somente 1,5% provinham de um país africano (Esteves, 1991: 161). A revolução de 25 de abril de 1974 e os subsequentes processos de descolonização marcaram uma nova fase na estruturação dos movimentos migratórios com destino a Portugal, caracterizada, sobretudo, pelo aumento súbito da população estrangeira a residir no país e pela alteração do perfil sociodemográfico dos imigrantes. Entre 1975 e 1980 a população estrangeira passou de 32.000 para 58.000, a uma taxa de crescimento médio anual de 12,7%, passando a ser constituída maioritariamente por cidadãos de origem africana (48%), grande parte dos quais (98%) provenientes das antigas possessões ultramarinas portuguesas em África<sup>4</sup>.

Durante os anos 80 é possível notar um novo aumento significativo na população estrangeira a residir em Portugal, ultrapassando, no final da década, pela primeira vez,

<sup>3</sup> A população estrangeira residente em Portugal regista uma diminuição contínua desde o início do século XX, passando de 41.728 (0,77% da população total), em 1900, para os referidos 21.186 (0,25%), em 1950.

<sup>4</sup> Dados referidos nas Estatísticas Demográficas publicadas pelo INE (1975 a 1980).

a centena de milhar (Tabela 1). Se no período anterior existiam conjuntamente pelo menos dois tipos de imigrantes (refugiados e migrantes laborais), os anos 80 são claramente dominados pelas migrações de trabalho. O desenvolvimento positivo da população estrangeira tornou-se ainda mais intenso no decurso dos anos 90, em que atingiu uma taxa de crescimento anual média de 7%<sup>5</sup> e em que a proporção de estrangeiros na população total passou de 1,1%, em 1990, para 1,9%, em 1999. Esta evolução foi particularmente sentida entre a população proveniente do continente africano e do continente europeu que, em 1999, representavam 76,6% do total de imigrantes presentes em território nacional (respetivamente 46,9% e 29,7%). Apesar de, em termos quantitativos, praticamente todas as nacionalidades registarem um aumento de efetivos, em termos relativos é possível verificar que, entre 1980 e 1999, a origem geográfica dos imigrantes sofreu algumas evoluções que importa assinalar. Primeiro, os dois principais grupos de imigrantes (europeus e africanos) registaram uma ligeira diminuição da sua proporção no total de imigrantes<sup>6</sup>. Segundo, a proporção de asiáticos e de brasileiros regista um aumento significativo, passando de, respetivamente, 2% e 7,4% em 1980, para 4,1% e 10,9% em 1999. A adição de todos os imigrantes provenientes de um país de língua portuguesa mostra que este grupo de países representa, em 1999, aproximadamente 55% da população estrangeira a residir legalmente em Portugal, o que constitui um importante indicador do significado do passado colonial português e da manutenção de contactos sociais e culturais entre estes países e Portugal, na constituição e consolidação deste fluxo migratório.

Em termos globais, pode concluir-se que até ao final do século XX a presença de imigrantes em Portugal era “relativamente fraca e a maioria dos movimentos que ocorriam podia atribuir-se diretamente ao nosso passado colonial, às nossas relações históricas e culturais, bem como às nossas relações económicas” (Baganha *et al.*, 2004: 24).

A partir de 2000, inicia-se um processo de transformação das origens geográficas dos imigrantes, que começam a provir maioritariamente da Europa do Leste, em especial da Ucrânia, e do Brasil. Elementos distintivos deste fluxo, em particular do de origem Leste Europeia, são a sua forte intensidade e a sua concentração num período temporal relativamente curto (dois a três anos, entre 2000 e 2002). Trata-se de um fluxo que só se tornou estatisticamente importante após a concessão, ao abrigo do artigo

<sup>5</sup> É necessário referir que o crescimento registado durante esta década resultou mais de dois processos de legalização extraordinária, que ocorreram em 1992 (Decreto-Lei nº 212/92 de 12 de outubro de 1992) e 1996 (Lei nº 17/96 de 24 de maio de 1996), do que de uma entrada contínua de novos imigrantes. No decurso destes dois processos adquiriram um estatuto legal, aproximadamente, 39.000 (1992) e 35.000 (1996) imigrantes. Estes dois processos de legalização dirigiram-se especificamente aos imigrantes ilegais oriundos dos países de língua oficial portuguesa (PALOP e Brasil), ou seja, ambos os processos incluíam disposições favoráveis particularmente dirigidas a estes grupos (Baganha *et al.*, 2000: 11-12).

<sup>6</sup> É evidente que esta afirmação apenas é válida quando estes grupos são tomados em conjunto, uma vez que no interior de cada grupo se verificam diferentes evoluções. Por exemplo, no caso dos imigrantes de um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), é possível constatar a perda de peso relativo dos cabo-verdianos (que passam de 39,3%, em 1980, para 22,9%, em 1999) e o aumento de todos os restantes países africanos de língua portuguesa (que, no conjunto, passam de 7,8% para 21,6%).

55.º do Decreto-Lei 4/2001 de 10 de janeiro, de 126.901 autorizações de permanência a trabalhadores imigrantes que se encontravam ilegalmente no país<sup>7</sup>. A maioria destas autorizações de permanência foi concedida a cidadãos do Leste da Europa (56%), incluindo 36% a cidadãos de um país específico, a Ucrânia. Em consequência deste processo de ‘regularização’ o número de imigrantes a residir legalmente<sup>8</sup> em Portugal passou de 208.198, em 2000, para 350.503<sup>9</sup>, em 2001, o que significa que o volume da população estrangeira com residência legal aumentou cerca de 68% (Baganha *et al.*, 2004: 26). Em 2003, os imigrantes provenientes da Ucrânia passam a constituir o grupo mais numeroso, seguido pelos brasileiros e pelos cabo-verdianos. Em conjunto, estas três nacionalidades representam, nesse ano, 52,6% do total de imigrantes de países terceiros a residir legalmente em Portugal.

A preponderância destes três grupos nacionais no total da população estrangeira a residir legalmente em Portugal mantém-se até ao presente, alterando-se, somente, a importância relativa de cada uma das nacionalidades. Assim, em 2010, os imigrantes brasileiros representam 26,8%, os ucranianos 11,1% e os cabo-verdianos 9,9% do total de imigrantes presentes em Portugal (SEF, 2010).

Em suma, em resultado de diversos fluxos imigratórios, a composição nacional dos estrangeiros a residir em Portugal é atualmente mais diversificada do que durante as décadas anteriores, compreendendo, para além de uma proporção significativa de imigrantes das ex-colónias portuguesas e da União Europeia, uma parte substancial de imigrantes provenientes de países com os quais Portugal não tinha, até então, quaisquer ligações históricas, económicas ou políticas significativas e de imigrantes provenientes do Brasil que, até à década de 60, tinha sido um dos principais destinos da emigração portuguesa.

Observando os fluxos de entrada em Portugal através de uma perspetiva sistémica, é possível notar que o país integra, após 1974, em simultâneo, vários sistemas migratórios identificados por diferentes autores (Massey, 2003). Numa primeira fase, integrou, sobretudo, o sistema migratório africano, funcionando quer como destino final dos migrantes que se dirigiam para o país, quer como país de transição destes para outros sistemas migratórios (em especial para o sistema migratório europeu). O caso da mi-

<sup>7</sup> O artigo 55.º do Decreto-Lei 4/2001 estabelecia que até à aprovação do relatório contendo a previsão anual de oportunidades de trabalho e dos setores de atividade em que as mesmas existem [relatório que veio a ser aprovado em 30 de novembro de 2001] “e em casos devidamente fundamentados, pode ser autorizada a permanência a cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de visto adequado” e que reúnam diversas condições, nomeadamente serem titulares de proposta de contrato com informação da Inspeção-Geral do Trabalho. Aos imigrantes abrangidos por esta disposição foi-lhes concedida uma autorização de permanência válida por um ano e prorrogável por igual período até ao limite máximo de 5 anos.

<sup>8</sup> A partir da entrada em vigor do Decreto-Lei 4/2001, a população estrangeira legalmente residente passou a ser constituída por detentores de autorizações de residência e detentores de autorizações de permanência.

<sup>9</sup> Deste número, 126.901 eram autorizações de permanência e 223.602 eram residentes em Portugal (SEF, 2001 ([http://www.sef.pt/estatisticas/autorizacao\\_permanencia\\_02.pdf](http://www.sef.pt/estatisticas/autorizacao_permanencia_02.pdf))).

gração cabo-verdiana, angolana, ou o caso dos imigrantes indianos com origem em Moçambique, são ilustrativos desta realidade. Desde os anos 80 do século XX, integra, também, o sistema migratório sul-americano, funcionando, igualmente, como país de acolhimento final de migrantes (sobretudo do Brasil), e/ou como país de transição ou intermediação dos migrantes para o sistema migratório europeu. Neste sistema migratório participa, ainda, com fluxos ou dinâmicas de circularidade específicas não analisadas no presente texto, como, por exemplo, os crescentes fluxos de estudantes e de jovens investigadores científicos. No final do século XX, o país insere-se, com maior intensidade, como país de acolhimento, no sistema migratório intraeuropeu, através da entrada massiva de imigrantes da Europa de Leste. Pela primeira vez Portugal surge já não como periferia mas como centro deste sistema, concorrendo com outros países por estes fluxos migratórios intraeuropeus.

Esta participação, simultânea ou sucessiva, em diferentes sistemas migratórios, mostra a abertura dos sistemas migratórios à mudança e constitui um reflexo das alterações políticas, económicas e sociais que ocorrem nas suas diferentes partes constituintes, assim como do funcionamento das redes migratórias, que estabelecem a ligação entre os migrantes individuais e as condições estruturais para a migração. As redes migratórias contribuem para manter a ligação entre os países pertencentes aos diversos sistemas migratórios, constituindo-se numa componente central destes sistemas (Boyd, 1989: 643 e 661).

As redes migratórias que se desenvolvem a partir destas estruturas sociais de apoio constituem um elemento central dos sistemas migratórios, pois permitem o estabelecimento da ligação necessária entre os potenciais migrantes individuais e as condições estruturais existentes para a concretização da migração, contribuindo, assim, para manter as ligações entre os países pertencentes a um mesmo sistema migratório (Boyd, 1989: 643 e 661). Neste sentido, o funcionamento e a variedade destas redes (que ligam os migrantes a diferentes níveis) moldam os sistemas migratórios, como reconhecem Kritz e Zlotnik (1992: 15), e constroem as suas dinâmicas, contribuindo, em função do seu maior ou menor grau de autorreprodução, isto é, da sucessiva produção de comunicações/informações relevantes (Luhmann, 1993), para a sustentação, desaparecimento ou hibernação de determinados nódulos do sistema migratório.

**Tabela 1** - População estrangeira em Portugal por continente de origem, 1980-2010

Ano	Total de estrangeiros	África	América do Norte	América do Sul	Ásia	Europa	Outro
1980	58.091	27.748	4821	6403	1153	17.706	260
1980	58.091	27.748	4821	6403	1153	17.706	260
1985	79.594	34.978	7987	11.567	2564	22.060	438
1990	107.767	45.255	8993	17.376	4154	31.410	579
1995	168.316	79.231	10.853	25.867	6730	44.867	768
1996	172.912	81.176	10.783	25.733	7140	47.315	765
1997	175.263	81.717	10.573	25.274	7192	49.747	760
1998	178.137	83.065	10.247	24.579	7419	52.060	767
1999	190.896	89.516	10.171	25.818	7871	56.731	789
2000	207.607	98.754	10.201	27.419	8721	61.709	803
2001*	350.503	126.702	10.300	53.546	20.963	138.061	931
2002*	286.601	122.352	10.182	42.068	13.043	98.106	850
2003*	259.794	120.694	10.128	35.176	11.839	81.113	844
2004*	264.880	123.149	10.130	34.778	12.331	83.656	836
2005**	296.000	153.334	10.406	35.064	12.418	83.940	838
2006**	409.185	149.982	10.370	72.230	22.418	153.307	878
2007**	435.736	147.959	10.446	73.146	24.269	179.040	876
2008***	440.277	127.476	3.411	112.656	28.588	167.790	356
2009***	454.191	121.852	3.286	121.874	30.277	176.561	341
2010***	445.262	108.671	3.273	124.844	31.252	176.911	311

Fonte: 1980-1995: INE, Estatísticas Demográficas e SEF, Estatísticas, cit. in Baganha, 1996

1996-2001: INE, Estatísticas Demográficas, 1996-2001

2001-2010: SEF, Estatísticas [<http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>]

Notas: (\*) Inclui Autorizações de Residência e Autorizações de Permanência

(\*\*) Inclui Autorizações de Residência, Prorrogações de Autorizações de Permanência e Prorrogações de Vistos de Longa Duração

(\*\*\*) Inclui Autorizações de Residência e Prorrogações de Vistos de Longa Duração

## A emigração portuguesa: as últimas duas décadas

Os fluxos de entrada atrás descritos foram acompanhados, com maior ou menor intensidade, por fluxos de saída de cidadãos portugueses. Após a redução do fluxo emigratório intraeuropeu, verificada nos dez anos subsequentes à recessão económica de 1973/74, o país volta a registar um aumento significativo nas saídas após meados da década de 80. Esta retoma dos movimentos emigratórios portugueses não significa, contudo, que eles se tenham produzido num contexto institucional e com características semelhantes às que moldaram o fluxo emigratório português das décadas de 60/70. O surgimento de novos destinos migratórios, o desenvolvimento de novas (ou aparentemente novas) modalidades migratórias e a alteração do contexto institucional e político em que ocorre o movimento de saída dos portugueses surgem como as características mais salientes dos novos fluxos emigratórios pós-descolonização. Numa primeira fase,

até ao final do século XX, estes novos fluxos emigratórios continuaram a privilegiar os destinos integrados no sistema migratório europeu e os tradicionais destinos de ligação mais regionalizada (EUA para os açorianos e África do Sul e Venezuela para os madeirenses). Durante os primeiros anos do presente século, os destinos migratórios dos portugueses tornaram-se mais diversificados, completando a integração no sistema migratório europeu com a intensificação da participação como país de origem no sistema migratório lusófono. Vejamos, com o detalhe possível, dadas as limitações decorrentes da dificuldade em obter dados fidedignos sobre o número de saídas após meados dos anos 80, alguns dados que ilustram as características enunciadas<sup>10</sup>.

A análise das estatísticas sobre a entrada de portugueses em alguns países de destino, realizada por Baganha e Peixoto (Baganha e Peixoto, 1997, Peixoto, 1993a), demonstra que, entre 1985 e 1990, Portugal assistiu a uma intensificação das saídas permanentes (em média saíram durante este período 33.000 indivíduos), embora a níveis bastante inferiores aos das décadas precedentes. À semelhança do que sucedia antes da crise de 1973/74, os portugueses continuaram a emigrar, preponderantemente, para os países do sistema migratório europeu, mas mudaram os centros que os atraíam. Verificou-se, deste modo, uma importante alteração na relevância dos diferentes destinos emigratórios, assumindo-se a Suíça como principal país de atração em detrimento da França. Assim, entre 1985 e 1991, a França acolheu apenas 6% dos emigrantes portugueses que se dirigiram para a Europa, enquanto a Suíça recebeu cerca de 59% desses emigrantes<sup>11</sup>. Para além deste fluxo emigratório para a Europa há ainda a registar, durante a década de 80, um aumento das entradas de portugueses no Canadá e nos Estados Unidos. O fluxo para o conjunto destes dois países terá representado, em média, cerca de 30% do total das saídas portuguesas (Peixoto, 1993a: 47).

O aumento da mobilidade externa dos portugueses e a alteração na posição relativa dos países de acolhimento europeus podem ser, também, observados através da análise da evolução do *stock* da população de nacionalidade portuguesa a residir noutro país europeu. Como a Tabela 2 exemplifica para sete países europeus, após uma diminuição do *stock* de portugueses, entre 1981 e 1985, motivado pelo continuar do efeito de regresso daqueles que emigraram nas décadas de 60 e 70, assiste-se, a partir de 1985, ao aumento contínuo dos portugueses residentes, que, certamente, não se fica a dever somente ao crescimento natural da comunidade portuguesa residente nesses países, mas, também, à ação de novos movimentos migratórios. É particularmente significativo que, na maioria dos países, a população permanente portuguesa tenha mais do que duplicado entre 1985 e 2010, indicando claramente que a emigração continua a ser uma realidade para muitos portugueses. Os aumentos expressivos (em termos percentuais e absolutos) registados em países nos quais a presença de portugueses não tinha

<sup>10</sup> Para uma análise mais desenvolvida dos efeitos da alteração do contexto institucional e político sobre os fluxos emigratórios portugueses após 1985, cf., entre outros, Marques (2008), Baganha, *et al.* (2002) e Ramos e Diogo (2003).

<sup>11</sup> Cálculos com base nos dados apresentados por Baganha e Peixoto, 1997.

até então assumido números significativos indicam que, em especial nas últimas duas décadas, a emigração portuguesa encontrou destinos alternativos e complementares aos tradicionais países recetores de mão de obra nacional. Os casos da Suíça, Andorra, Espanha ou Reino Unido são peculiarmente elucidativos da criação e consolidação de novos destinos migratórios, uma vez que, nestes países, os portugueses passaram, num espaço de tempo relativamente curto, de numericamente pouco expressivos no contexto migratório destes países, a uma das comunidades nacionais mais significativas. O efeito acelerador das redes migratórias (local-local) parece ser aqui bem evidente.

Durante a primeira década do século XXI nota-se, no conjunto dos países europeus selecionados, um reforço da população portuguesa residente. A exceção a este aumento generalizado é a Alemanha, que regista uma redução da população portuguesa. Como referem Marques (2008) e Malheiros (2010), o aumento da emigração portuguesa durante esta década fica a dever-se quer ao surgimento de novos destinos (como o Reino Unido ou a Espanha), quer à reanimação de destinos tradicionais (os casos da Suíça ou do Luxemburgo)<sup>12</sup>.

**Tabela 2:** População portuguesa residente em alguns países europeus, 1981-2010

	1981	1985	1990/1	1995	2000/1	2010
Andorra <sup>3</sup>	1.304	1.731	3.951	6.885	6.748	13.100
Alemanha <sup>1 e 4</sup>	109.417	77.000	92.991	125.100	133.726	113.208
Bélgica <sup>1</sup>	10.482	9.500	16.538	23.900	25.600	29.802
Espanha <sup>1 e 5</sup>	24.094	23.300	33.268	37.000	42.000	142.520
Luxemburgo <sup>2</sup>	28.069	-	39.100	51.500	58.450	79.800
Reino Unido <sup>1</sup>	-	-	-	30.000	58.000	102.000
Suíça <sup>6</sup>	16.587	30.851	85.649	134.827	134.675	221.641
<b>Total</b>	<b>189.953</b>	<b>142.382</b>	<b>271.497</b>	<b>409.212</b>	<b>459.173</b>	<b>605.526</b>

Fontes: 1)SOPEMI, diversos anos; 2) Service Central de la Statistique et des Études Économiques (STATEC); <sup>3</sup>Ministeri de Justícia i Interior (Andorra) [<http://www.estadistica.ad/indexdee.htm>] 4) Statistische Bundesamt Deutschland, Foreign Population. Results of the Central Register of Foreigners, 2006; 5) Instituto Nacional de Estadística. Series anuales Padrón Municipal de habitantes; 6) Bundesamt für Migration, Ausländer- und Asylstatistik, 2009/2. Os dados de 2010 foram retirados do site do Observatório da Emigração (<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>)

<sup>12</sup> Como se verá adiante, estes dois motivos são, igualmente, responsáveis pela evolução da emigração com destino aos países lusófonos de África e da América do Sul.

Os valores relativos aos fluxos de entrada indicam que, nos últimos dois anos (2009 e 2010), o volume de novos emigrantes portugueses registados pelos serviços estatísticos dos países de acolhimento europeus apresenta uma clara desaceleração face aos valores registados desde 2005 (Tabela 3). A crise económica experimentada em alguns dos potenciais países de destino dos portugueses, assim como o desenvolvimento de formas migratórias de carácter temporário, ajudam, no nosso entender, a justificar esta redução. Significa isto uma diminuição dos fluxos da emigração portuguesa? Não. Significa apenas que, como veremos, mais uma vez a posição de Portugal em vários sistemas migratórios vai contribuir para uma nova vaga migratória para outros destinos no exterior da Europa.

**Tabela 3:** Fluxos de entrada de portugueses nos principais destinos europeus, 2005-2010

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Andorra	2.776	2.099	1.587	736	466	415
Alemanha	3.418	3.371	3.766	4.214	4.468	4.238
Bélgica <sup>1</sup>	1.934	2.030	2.293	3.200	2.854	--
Espanha <sup>1 e 5</sup>	13.327	20.658	27.178	16.857	9.739	7.678
Luxemburgo <sup>2</sup>	3.761	3.796	4.385	4.531	3.844	3.845
Reino Unido <sup>1</sup>	11.710	9.700	12.040	12.980	12.230	12.080
Suíça <sup>6</sup>	12.138	12.441	15.351	17.657	13.601	12.720
Total	49.064	54.095	66.600	60.175	47.202	--

Fontes: Observatório da Emigração (<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/>) e OCDE, International Migration Database (<http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=MIG>)

Por outro lado, com a globalização, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, o aparecimento das companhias de aviação *low cost*, e a flexibilização generalizada de formas de contratação laboral (e.g. os subempregados), as migrações portuguesas ganham novas formas, menos permanentes, mais temporárias ou mesmo circulares. Na realidade, a emigração temporária vai constituir uma característica marcante dos fluxos de saída para diferentes países europeus desde a década de 80. Na Suíça, o valor das entradas temporárias de portugueses foi, durante os anos 80 e 90, de aproximadamente 33.000 e de 26.000 durante os primeiros oito anos do século XXI. Em França, o valor da imigração temporária de portugueses passou de 14.719, em 1989, para 16.568, em 1991 (dados da OMI citados em Ruivo, 2001: 160)<sup>13</sup>.

A estas formas de mobilidade temporária de cariz individual há que adicionar os

<sup>13</sup> Alguns destes temporários foram posteriormente incluídos nos 15.368 trabalhadores permanentes portugueses registados, em 1992, pelos serviços do Office des Migrations Internationales e do Institut Nationale D'Études Démographiques (Ruivo, 2001: 161).

movimentos dos trabalhadores destacados, os quais se tornaram particularmente evidentes na década de 90 e de que o melhor exemplo português é a migração para Berlim. Esta forma de mobilidade dos trabalhadores portugueses decorre através da colocação no exterior de efetivos de empresas portuguesas que funcionam, geralmente, como subcontratadas das empresas dos países de destino (por exemplo, de empresas de construção alemãs ou francesas).

O número exato de trabalhadores portugueses envolvidos nos processos de destacamento é difícil de determinar. De acordo com dados apresentados por Worthmann (2003), o número de trabalhadores portugueses destacados na Alemanha, em 1997, era de 21.919, o que representava 12,1% do total de trabalhadores destacados e 40,1% dos destacados com origem num dos Estados comunitários. Os portugueses seriam, assim, o maior grupo de trabalhadores destacados com origem num país membro da União Europeia. Trata-se de um número que, de acordo com algumas fontes, peca por defeito, dado referir-se apenas aos que se encontram em situação regular, não incluindo, por isso, os estimados 35.000 portugueses a trabalhar como destacados de forma irregular (Gago e Vicente, 2002: 212). Dados mais recentes mostram que, em 2007 e 2009<sup>14</sup>, o destacamento de trabalhadores portugueses foi de, respetivamente, 66.000 e 65.000, e que, em 2009, os principais países de destino foram a Espanha (37,4% dos trabalhadores destacados), a França (33,8%) e a Alemanha (11,8%) (European Commission, 2011).

No seu conjunto, os diferentes tipos de saídas temporárias referidas, assim como os movimentos emigratórios que assentam numa lógica mais permanente, beneficiam das oportunidades de livre circulação da União Europeia. Os padrões de mobilidade internacional que se desenvolvem assentam em interligações múltiplas entre vários países de destino e Portugal, bem como na participação regular e intensa num mercado de trabalho transnacional, delimitado e potenciado quer pelas fronteiras do sistema migratório europeu no qual o país se encontra integrado desde, pelo menos, meados da década de 60, quer pela existência e desenvolvimento de comunidades portuguesas nos vários países europeus, que se constituem como estruturas sociais de apoio aos novos emigrantes.

No caso da participação de Portugal no sistema migratório europeu, tal significa que as redes migratórias não se limitam a manter o fluxo migratório entre países ou locais específicos. Antes se reconfiguram continuamente de modo a possibilitar a ligação entre a origem e os vários destinos possíveis no interior do mesmo sistema migratório, concorrendo, deste modo, para responder à instabilidade do sistema, que advém da natureza volátil dos seus múltiplos elementos constituintes (como, por exemplo, o mercado

<sup>14</sup> Não se apresentam os dados relativos a 2008, dado que apenas seis dos 18 Centros Distritais da Segurança Social responsáveis pela emissão do formulário E-101 (que, no estrangeiro, atesta a inscrição do cidadão nacional na segurança social do país de origem) é que forneceram nesse ano os dados relativos aos números de formulários emitidos (European Commission, 2011).

de trabalho, a economia ou o sistema político). Está-se, assim, na presença de redes migratórias multipolares com diferentes graus de produtividade e com uma forte capacidade de inclusão de novos destinos emigratórios. É esta dinâmica das redes migratórias que, em conjunto com a evolução da procura internacional de mão de obra e das condições de mobilidade externa, permite explicar (limitando-nos ao sistema migratório da Europa ocidental) a evolução registada, nas últimas duas décadas, nos fluxos emigratórios portugueses, marcada pelo ressurgimento de destinos emigratórios tradicionais, como a França ou o Luxemburgo, a manutenção da emigração para a Suíça e o desenvolvimento de diversas formas de mobilidade externa dirigida a países como a Espanha, a Inglaterra, ou a Alemanha.

Em síntese, pode afirmar-se que o sistema migratório da Europa ocidental, no qual Portugal se encontra inserido, apresenta como uma das suas características centrais a multipolaridade de nódulos (destinos) migratórios, que vão sendo acionados de acordo com o conjunto de oportunidades que escasseiam em Portugal, que emergem e se desenvolvem nos diferentes quadros nacionais e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução deste mesmo conjunto de oportunidades e/ou pelo surgimento de estruturas migratórias alternativas (Marques, 2008 e 2009).

A partir de 2005, a participação portuguesa no sistema migratório europeu intensifica a coexistência com a participação, como país emissor, no sistema migratório lusófono. Num momento em que a crise económica e de criação de emprego coloca em questão a centralidade de Portugal no sistema migratório lusófono, assiste-se ao desenvolvimento de outros centros no interior deste sistema. O caso de Angola, na sua dupla vertente de emissor e recetor de migrantes no interior deste sistema migratório, ilustra a relevância da bidirecionalidade dos fluxos migratórios e a emergência de um novo centro no sistema migratório lusófono (curiosamente, Angola surge como passível de ser caracterizada como semiperiferia do sistema mundial, à semelhança de Portugal e do Brasil).

Ao longo da última década, as relações bilaterais luso-angolanas têm tido por base uma forte vertente comercial, destacando-se o peso das exportações portuguesas para este país e a importância crescente das importações (sobretudo petróleo). Angola, durante vários anos, foi o 10.º cliente de Portugal, passando a partir de 2000 a ser um dos principais destinos de exportações, sendo apenas superado por alguns parceiros comunitários e pelos EUA. Atualmente, Angola é, de forma sustentada, o quarto maior parceiro comercial de Portugal. Há em Angola, de acordo com os dados dos serviços consulares, mais de dois milhares de empresas de capital português ou de capital misto luso-angolano. Realizam-se 20 voos semanais entre Lisboa e Luanda, que transportam entre seis e sete mil pessoas.

Em paralelo a esta evolução das relações económicas entre os dois países, os fluxos migratórios foram ganhando preponderância. A emigração de portugueses para Angola reassumiu números importantes nos últimos anos. O retorno de quadros Angolanos

em Portugal ao país de origem tem vindo a consolidar-se e tem ocorrido uma diminuição da imigração angolana em Portugal (mantendo-se embora um significativo volume acumulado), num interessante movimento de contrafluxo de fluxos migratórios passados. Os últimos dados disponíveis registam 85.000 residentes inscritos no consulado português em Luanda e 12.000 inscritos no consulado português em Benguela<sup>15</sup>. Na evolução do movimento de portugueses para Angola, os números são elucidativos da aceleração deste fluxo migratório. Em 2006 registam-se apenas 156 novas entradas de emigrantes portugueses em Angola, que sobem para 1.256 em 2007, para 1.474 em 2008, valor que, em 2009, terá ascendido a cerca de 23 mil pessoas (Fonte: Observatório da Emigração).

Em relação à imigração em Portugal, tendo por base os dados publicados em dezembro de 2006 pelo SEF, existiam oficialmente um total de 34.219 angolanos, que correspondiam ao *stock* acumulado dos 27.697 detentores de “autorização de residência”, aos quais acresciam 3.557 com “autorização de permanência” e 2.965 beneficiários de vistos de longa duração, entre os quais 1.784 com vistos de estudo. Desde 2006 a evolução do número de cidadãos angolanos residentes em Portugal deixou, porém, de ser positiva, tendo os números vindo a diminuir progressivamente nos últimos anos. O número de residentes em 2010 evidencia um decréscimo face ao ano transato (-11,5%). Em 2009, residiam em Portugal 26.557 nacionais angolanos. No ano de 2010, foram atribuídos primeiros títulos de residência a 1.317 cidadãos angolanos (face a um total de 1.543 em 2009)<sup>16</sup>.

Estamos, no caso da relação Angola-Portugal, num interessante estágio para avaliar a pertinência de falarmos de um sistema migratório não apenas relativamente estável, mas com uma dinâmica bi direcional de assinalável relevância. Este sistema migratório não é mero resultado de fluxos migratórios, mas é reforçado por ligações de natureza diferente: de bens, de capitais, de cultura, etc. (Massey *et al.*, 1993: 454), que caracterizam um sistema migratório maduro. O sistema migratório lusófono, nesta sua dinâmica luso-angolana, exemplifica muitas das características enunciadas por Massey e colegas (1993), quando afirmam que: a) a formação de um sistema migratório não deriva da proximidade geográfica, mas de relações políticas e económicas entre os dois pólos; b) os sistemas migratórios podem ser multipolares, isto é, cada país pode fazer parte de mais de um sistema migratório; c) devido à dinâmica das condições económicas e políticas dos países que compõem um sistema migratório, a estabilidade de um sistema não implica a existência de uma estrutura rígida. O sistema migratório, nesta sua forma, é uma inovação que ocorre no seio de uma configuração estrutural invari-

<sup>15</sup> in Pereira, Álvaro Santos (2010) “The Return of Portuguese Emigration.” Simon Fraser. University Working Paper. Citado em João Sousa Andrade & Adelaide Duarte (2011) *The Fundamentals of the Portuguese Crisis*, Estudos do GEMF, N.º 16, FEUC, Coimbra.

<sup>16</sup> O novo acordo de vistos assinado em setembro de 2011 entre os dois países (que vai mais além do que outros acordos multilaterais no âmbito da União Europeia) reflete muita desta situação e uma dinâmica migratória que privilegia a circulação migratória fluida, de modo a permitir o desenvolvimento das relações económicas entre Portugal e Angola.

ante (a chamada topologia) do sistema, que apresenta uma elevada regularidade estrutural. Atualmente, há uma reativação de um fluxo migratório que ocorreu no passado colonial entre os dois países e que reaparece num momento pós-colonial (o que parece ser inovador). Esta dinâmica migratória surge, porém, amplamente condicionada por um conjunto de variáveis ainda difíceis de avaliar, designadamente, as necessidades de mão de obra das empresas e organizações que atuam no mercado interno de Angola ou de Portugal, e as relações económicas e políticas entre os dois Estados.

## Conclusão

Procurámos, neste artigo, através da análise dos recentes fluxos migratórios portugueses, apresentar a evolução do sistema migratório lusófono, numa leitura integrada que toma em consideração a evolução deste sistema e a imbricação dos países constituintes deste sistema lusófono noutros sistemas migratórios. Argumentámos que a função recetora do nóculo europeu do sistema migratório lusófono está atualmente numa fase de retração, por oposição a uma expansão do nóculo africano e por uma relativa estabilização do nóculo sul-americano. A evolução do posicionamento estrutural e histórico de Portugal em diferentes sistemas migratórios (europeu, africano e sul e norte-americano) permite compreender com particular acuidade as dinâmicas migratórias da contemporaneidade.

Os principais fatores estruturais que influenciam a emigração de portugueses para os países europeus, de portugueses para os países africanos de língua portuguesa e de imigrantes lusófonos para Portugal devem-se ao facto destes fluxos migratórios ocorrerem na interseção de sistemas migratórios independentes mas estruturalmente relacionados (e.g. o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono). Em nosso entender, recorrendo à ideia e à formulação de uma 'ligação estrutural' entre diferentes sistemas funcionais proposta por Luhmann (1993) e reinterpretando-a para o nosso caso particular, podemos conceber os fluxos de entrada e de saída de migrantes nos países pertencentes a este sistema como respondendo a distintas oportunidades percebidas pelos migrantes em diferentes sistemas (neste caso o sistema migratório da Europa ocidental e o sistema migratório lusófono), produzindo, assim, um 'movimento estrutural' entre sistemas (isto é, um codesenvolvimento de dois fluxos migratórios, que parecem ser o resultado de uma interação simultânea entre eles).

Ousar pensar um sistema migratório com base na herança de um império colonial (a lusofonia enquanto elemento comum) e baseá-lo na partilha de um conjunto de características de que a cultura (via língua comum) seja um dos alicerces é ao mesmo tempo uma transgressão e um desafio epistemológico. Pretendemos, neste caso, transformar a noção de espaço com que o pioneiro Mabogunje (1970) analisou as dinâmicas migratórias, numa abordagem a partir da complexidade teórico-analítica da Sociologia das Migrações em que o espaço é, já não a cápsula onde decorrem as migrações, mas o meio ambiente bio-psico-social que faz parte integrante do sistema. Tal como no pre-

cursor modelo sistémico de Mabogunje, também aqui as características destes fluxos migratórios são complexas, revelam circularidade migratória, estão interconectadas e são interdependentes (Mabogunje, 1970: 16). Estes fluxos migratórios são, ao mesmo tempo, causa e consequência de políticas migratórias e até causa e consequência de políticas mais vastas, como políticas económicas ou de cooperação entre os Estados.

A abordagem sistémica, assumida como uma abordagem do tipo macro ou estrutural, parte de uma leitura espacial da realidade migratória mas alarga-a e postula que, dada a existência de múltiplas ligações entre migrantes, os contextos de origem e os contextos de destino, a compreensão adequada das migrações internacionais contemporâneas pressupõe que os países de origem e de destino dos migrantes sejam considerados como uma unidade, como um sistema migratório. Os sistemas migratórios não são por nós entendidos como entidades estáticas que existem independentemente dos fatores que moldam a sua existência. Estes sistemas estão abertos à mudança e refletem as alterações que ocorrem nas suas partes constituintes. Refletem, claro, as conjunturais alterações políticas, legais, económicas e sociais das partes que constituem os sistemas, mas persistem para além das conjunturas.

Mostramos que o sistema migratório da Europa ocidental, no qual Portugal se encontra inserido, apresenta, como uma das suas características centrais, a multipolaridade de nódulos (destinos) migratórios. Estes nódulos vão sendo acionados de acordo com o conjunto de oportunidades que escasseiam em Portugal e que emergem e se desenvolvem nos diferentes quadros nacionais e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução deste mesmo conjunto de oportunidades e/ou pelos surgimento de conjunturas (estruturas) migratórias alternativas (Marques, 2008).

Analisados em conjunto, é possível notar, à semelhança do que já fizeram diversos autores anteriores (cf. Baganha, 1993, Baganha e Peixoto, 1997, Peixoto, 1993b, Ramos e Diogo, 2003), que o padrão contemporâneo dos movimentos migratórios portugueses se caracteriza pela coexistência entre novas formas migratórias e movimentos migratórios de cariz mais clássico. Estas novas formas são o resultado quer do quadro legal criado pela adesão de Portugal à União Europeia (pós anos 80), quer dos condicionalismos à entrada impostos por diversos países de destino tradicionais dos portugueses. O crescimento de diferentes formas de movimentos de saída temporários atrás descritos, assim como a frequente indefinição entre “movimentos permanentes” e “temporários” (Baganha, 1993 e Peixoto, 1993a: 68), surge, neste contexto, como o aspeto mais visível da transformação verificada nos movimentos migratórios externos portugueses.

A partir dos anos 80 do século passado, Portugal, para além de participar nas dinâmicas migratórias europeias descritas, desenvolve a sua participação no emergente sistema migratório lusófono, composto por países de língua oficial portuguesa e que se vai cristalizando, durante mais de duas décadas, em torno de um dos seus centros (Portugal). Hoje é evidente que o fluxo migratório oriundo dos países lusófonos (de África e do Brasil) com destino a Portugal constitui uma migração estrutural (com diferentes va-

gas migratórias) que, apesar de não ter sido em todos os momentos o fluxo dominante, marca decisivamente a realidade migratória nacional como o principal constituinte do *stock* migratório em Portugal.

Se olharmos para os diversos fluxos migratórios que se estabelecem entre os países que integram o sistema migratório lusófono, podemos conceber este sistema como sendo tradicionalmente bicéfalo, repartido entre Portugal e o Brasil, que se constituem como elos de ligação entre vários outros sistemas migratórios. Porém, os dados mais recentes sobre a evolução da migração portuguesa para Angola parecem sugerir que este sistema migratório poderá estar a evoluir para um sistema tricéfalo, em que Angola se assume como o terceiro nóculo central. As perspetivas para o século XXI afastam-se bastante das do passado. A recente prosperidade económica de Angola parece estar a alterar o seu estatuto migratório. A corrente migratória com Portugal foi invertida: enquanto os fluxos de Angola para Portugal têm vindo a diminuir, o número de emigrantes portugueses em Angola revela a existência de uma nova vaga migratória, alterando a relação migratória entre os dois países. Por não querer encerrar aqui a temática deste texto, enunciamos que a multipolaridade do sistema migratório lusófono poderá, em anos futuros, poder ser verificada com a entrada de um novo centro: Moçambique. Embora de forma ainda incipiente, este país do Índico parece surgir com capacidade de atração para as migrações no interior deste sistema migratório e, se assim for, o sistema migratório lusófono tornar-se-á ainda mais complexo.

### Referências bibliográficas

- Baganha, Maria, "The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends" , *International Migration*, 47, 3, 2009, 5-20.
- Baganha, Maria I., "Principais Características e Tendências da Emigração Portuguesa", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento-Actas do II Congresso Português de Sociologia* Lisboa, Fragmentos, 1993, 819-835.
- Baganha, Maria I. e Carvalheiro, Luís, "Uma europeização diferenciada: o sector da construção civil e obras públicas" , in José Reis e Maria I. Baganha (eds.), *A economia em curso. Contextos e Mobilidade*, Porto, Afrontamento, 2002, 63-86.
- Baganha, Maria I., Ferrão, João e Malheiros, Jorge (eds.), *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002.
- Baganha, Maria I., Marques, José Carlos e Fonseca, Graça, *Is an Ethclass Emerging in Europe? The Portuguese Case*, Lisboa, Luso American Development Foundation, 2000.
- Baganha, Maria I., Marques, José e Góis, Pedro, "The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal" , in Maria I. Baganha e Maria Lucinda Fonseca (eds.), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Luso-American Foundation, 2004, 23-39.

- Baganha, Maria I. e Peixoto, João, "Trends in the 90's: the portuguese migratory experience", in Maria I. Baganha (ed.), *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta, 1997, 15-40
- Boyd, Monica, "Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas", *International Migration Review*, 23 (3), 1989, 638-670.
- Esteves, M. Céu, *Portugal: País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991.
- European Commission, "Posting of workers in the European Union and EFTA countries: Report on E101 certificates issued in 2008 and 2009", DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2011.
- Gago, Carla e Vicente, Teresa, "Alemanha", in Maria I. Baganha, João Ferrão e Jorge Malheiros (eds.), *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002, 177-224.
- Godinho, Vitorino Magalhães, "L'émigration portugaise: XV-XXe siècles: une constante structurale et les réponses aux changements du monde", *Revista de História Económica e Social I*, 1978, 5-32.
- Góis, Pedro e Marques, José Carlos, "Portugal as a semiperipheral country in the global migration system", *International Migration*, 47, 3, 2009, 19-50.
- Kritz, Mary M. e Zlotnik, Hania, "Global interactions: migration systems, processes and policies", in Mary M. Kritz, Lin Lean Lim e Hania Zlotnik (eds.), *International Migration Systems. A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press, 1992, 1-16.
- Luhmann, Niklas, *Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1993.
- Mabogunje, Akin L, "Systems approach to a theory of rural-urban migration", *Geographical Analysis*, 2, 1, 1970, 1-17.
- Malheiros, Jorge, Portugal 2010: o regresso do país de emigração?, *JANUS.NET e-journal of International Relations* (observare.ual.pt/janus.net/pt\_vol2\_n1\_not3), 2, 1, 2010, 133-142.
- Marques, José Carlos, "'E Continuum a Partir': As Migrações Portuguesas Contemporâneas", *Ler História*, nº 56, 2009, 27-44.
- Marques, José Carlos, *Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008.
- Massey, Douglas, "Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century", Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, 4-7 June, 2003 (online: <http://pum.princeton.edu/pumconference/papers/1-Massey.pdf>)
- Massey, Douglas S., Joaquín Arango, Hugo Graeme, Ali Kouaouci, Adela Pellegrino, and

Edward J. Taylor, "Theories of international migration: A review and appraisal", *Population and Development Review*, 19, 3, 1993, 431-466.

Peixoto, João, "A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução", *Estudos Demográficos*, 31, 1993a, 35-74.

Peixoto, João, "Migrações e Mobilidade: As novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980", in Maria Beatriz Silva, et al. (eds.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Algés, Fragmentos, 1993b, 278-307.

Peixoto, João, *País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal*, Socius Working Papers, 2004.

Ramos, Maria Conceição e Diogo, Hugo, "Le Portugal, pays relais de la migration en Europe", *Migrations Études*, nº 116, 2003

Ruivo, Jorge Rodrigues, *Portugais et population d'origine portugaise en France*, Paris, L'Harmattan, 2001.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008), *Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilo*, Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2009), *Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilo*, Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2010), *Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilo*, Lisboa, SEF.

Worthmann, Georg, *Nationale Autonomie trotz Europäisierung: Probleme der Arbeitsmarktregulierung und Veränderungen der industriellen Beziehungen in der deutschen Bauwirtschaft*, München, Rainer Hampp Verlag, 2003.